



Estado do Piauí

CÂMARA MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO

Rua Marcos Vieira, 1621 – Centro, CEP: 64868-000, Baixa Grande do Ribeiro – Piauí

CNPJ: 05.170.237/0001-34 | SITE: <https://baixagrandedoribeiro.pi.leg.br>

ANEXO II – PLANEJAMENTO, METAS E RESULTADOS DA GESTÃO – EXERCÍCIO 2025

O presente Anexo complementa o Relatório de Gestão Consolidado – RGC da Câmara Municipal de Baixa Grande do Ribeiro, referente ao exercício de 2025, com a finalidade de apresentar de forma sistematizada o planejamento institucional, os objetivos, as ações desenvolvidas e os principais resultados alcançados no período.

Considerando a natureza institucional do Poder Legislativo Municipal, o planejamento da Câmara para o exercício esteve direcionado ao regular funcionamento das atividades legislativas e administrativas, ao exercício da função fiscalizatória, à gestão responsável dos recursos públicos, à transparência e ao atendimento das demandas da sociedade.

QUADRO DE PLANEJAMENTO, METAS E RESULTADOS

Objetivo/Meta institucional	Ações previstas	Indicador de acompanhamento	Resultado verificado em 2025	Situação
Garantir o regular funcionamento da atividade legislativa	Realização das sessões, apreciação de matérias e funcionamento das comissões	Atividades legislativas realizadas	Sessões realizadas durante o exercício, com apreciação de projetos, requerimentos, indicações e demais matérias	Executado
Manter a produção legislativa e apreciação das matérias submetidas à Câmara	Analisar, discutir e votar projetos e demais proposições	Quantidade de proposições registradas	30 Projetos de Lei Ordinária, 6 Projetos de Decreto Legislativo, 2 Projetos de Resolução, 12 Indicações e 9 Requerimentos	Executado
Exercer a função de fiscalização e controle externo	Acompanhar os atos do Executivo e apreciar as contas submetidas ao Legislativo	Contas de Governo apreciadas	Apreciação das Contas de Governo dos exercícios de 2019, 2020, 2021 e 2022	Executado
Participar do planejamento orçamentário municipal	Apreciar os instrumentos de planejamento encaminhados ao Legislativo	Instrumentos apreciados	Discussão/apreciação da LDO 2026, LOA 2026 e PPA 2026-2029	Executado
Manter equilíbrio e responsabilidade fiscal	Controlar despesas, especialmente gastos com pessoal	Percentual da despesa com pessoal/RCL	Despesa com pessoal de R\$ 2.930.680,87, equivalente a 1,67% da RCL ajustada, abaixo do limite máximo de 6%	Cumprido
Assegurar suporte administrativo às atividades legislativas	Manutenção da estrutura administrativa, pessoal e serviços necessários	Continuidade dos serviços administrativos	Estrutura funcional mantida durante o exercício, garantindo suporte às atividades legislativas	Executado
Garantir regularidade nas contratações	Realizar procedimentos de contratação conforme a legislação	Regularidade dos procedimentos	Procedimentos realizados segundo a legislação e divulgados no Portal da Transparência e Mural de Licitações do TCE-PI	Executado



Ampliar a transparência pública	Manter e aprimorar o Portal da Transparência e acesso às informações	Índice PNTP	Índice passou de 19,86% em 2024 para 33,19% em 2025	Cumprido parcialmente / evolução
Fortalecer o acesso à informação	Disponibilizar atos administrativos, legislativos, fiscais e financeiros	Informações disponibilizadas eletronicamente	Manutenção do Portal da Transparência e divulgação das informações institucionais	Executado
Atender às demandas apresentadas pelos parlamentares e pela sociedade	Receber, discutir e encaminhar requerimentos e indicações	Quantidade de requerimentos e indicações	9 requerimentos e 12 indicações registrados no exercício	Executado

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O PLANEJADO E O EXECUTADO

A análise das atividades desenvolvidas demonstra que, de forma geral, os objetivos institucionais estabelecidos para o exercício de 2025 foram executados, considerando as competências constitucionais e regimentais atribuídas ao Poder Legislativo Municipal.

Na atividade finalística, foi assegurado o funcionamento do processo legislativo durante o exercício, com realização de sessões, análise e votação de matérias e atuação das comissões. O próprio RGC registra, entre outras matérias relevantes, a instituição do Orçamento Impositivo, a apreciação da LDO, LOA e PPA e o julgamento de Contas de Governo. lei_6a0338c130e232.62526955

Na gestão fiscal, o objetivo de manutenção das despesas dentro dos limites legais foi alcançado, destacando-se que a despesa total com pessoal correspondeu a 1,67% da Receita Corrente Líquida Ajustada, significativamente inferior ao limite máximo de 6,00%.

Na área de transparência, embora permaneça necessária a continuidade das ações de aprimoramento, verificou-se evolução do índice do Programa Nacional de Transparência Pública – PNTP, que passou de **19,86% em 2024 para 33,19% em 2025**, representando evolução de **13,33 pontos percentuais**. O próprio relatório já reconhece a necessidade de continuidade das melhorias no Portal.

RESULTADO GERAL DA GESTÃO

Considerando os indicadores apresentados, verifica-se que as principais ações institucionais previstas para o exercício foram executadas, com manutenção das atividades legislativas e administrativas, observância dos limites fiscais, continuidade dos mecanismos de transparência e realização das atividades de fiscalização e controle inerentes ao Poder Legislativo.

As metas apresentadas neste Anexo possuem natureza institucional e gerencial e foram consolidadas a partir das atividades, resultados e indicadores constantes do Relatório de Gestão Consolidado de 2025, permitindo estabelecer correlação objetiva entre planejamento, execução e resultados.